



DECLARAÇÃO

Pelo presente documento, eu, Edson de Medeiros, médico (CRM RJ 10377 - 0), casado, residente à Rua Paula Freitas, 99, ap. 1306, Copacabana, Rio de Janeiro (RJ), declaro ter a mais inabalável e firme convicção de ter sido a última pessoa, sem contar os seus algozes, a ver nas dependências do DOI CODI, a figura agonizante do então deputado Rubens Beyrodt Paiva, e horas depois, o que deve ter sido, sem sombra de dúvida, a passagem do corpo coberto, inerte e decesso do ex-deputado. Estes fatos ocorreram no dia 20 de janeiro de 1971.

Estou ao dispor do preclaro MPF para reiterar os detalhes que me fazem afirmar como inquestionáveis estas informações, que faço com o único e precípuo objetivo de restabelecer a verdade histórica de tão infausto acontecimento e caracterizar como indiscutível o bárbaro crime cometido contra um dos nossos patrícios.

Rio de Janeiro, 12 de setembro de 2013.

Edson de Medeiros



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

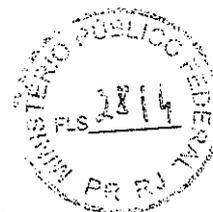
TERMO DE DECLARAÇÕES

Aos 12 dias do mês de setembro de 2013, compareceu a esta Procuradoria da República o sr. Edson de Medeiros, brasileiro, médico, (CRM RJ 10377-0), casado, residente à rua Paula Freitas, 99, apt. 1306, Copacabana, Rio de Janeiro - RJ, telefone (21) 25484053 e 97667460, o qual após ser advertido do seu dever de falar a verdade, sob pena de responder pelo crime de falso testemunho, declarou o seguinte: não era militante de nenhuma organização política. Foi preso por agentes do DOPS do Rio Grande do Sul em Gramado, no dia 27.12.1970, quando passava as férias com sua família naquele Estado. Foi trazido de avião para o Rio de Janeiro e levado diretamente ao quartel do 1º Batalhão de Polícia do Exército. Acredita que chegou lá no dia seguinte, dia 28 de dezembro. O declarante foi preso porque os agentes da repressão haviam detido anteriormente uma pessoa de nome Celso Gilberto de Oliveira, que supostamente estaria envolvido no sequestro do embaixador suíço por militantes da VPR. Conhecia Celso superficialmente porque era da mesma cidade do declarante e era representante de medicamentos. Este rapaz foi barbaramente torturado e morto e provavelmente deve ter mencionado o nome do declarante durante uma dessas sessões de tortura. Os agentes do DOI que prenderam o declarante achavam que ele fosse o médico encarregado de atender eventuais militantes feridos durante o sequestro do embaixador e por isso o declarante foi preso. O depoente todavia não teve nenhuma participação no sequestro e nada sabia a respeito desse fato nem tampouco conhecia os sequestradores. Mesmo assim foi preso e ficou detido no DOI e depois no quartel do Leblon até o dia 12.03.1971. Sabe dizer que Celso Gilberto de Oliveira foi morto porque um dos militares que o interrogavam e que fazia o papel de "bonzinho" disse para o declarante que não queria que acontecesse com ele o que aconteceu com Celso, dando a entender justamente que essa pessoa havia sido morta em razão das torturas sofridas. Este mesmo oficial disse que " não podia controlar esses rapazes" sugerindo que os agentes que torturavam no DOI eram muito violentos. Na época dos fatos o declarante trabalhava como anestesista no hospital Silvestre e como já mencionado não tinha nenhum tipo de envolvimento político. Nos três primeiros dias em que passou no DOI foi privado de alimentação. Inicialmente acredita que ficou preso no andar de cima do prédio. Os presos eram sempre transportados com capuzes e sua cela inicial era fechada, possuindo apenas uma pequena janela que dava para o corredor. Durante a noite, passava um sentinela e iluminava as celas com o objetivo de impedir que os presos políticos dormissem. Depois dos três primeiros dias, em uma tarde, o declarante foi colocado no pau de arara. Recebeu choques elétricos na língua, boca, cabeça e orelhas durante várias horas. As sessões eram comandadas pelo capitão Paulo Malhães e mais dois ou três torturadores. Os agente queriam saber do declarante qual era a organização a que pertencia e indagavam insistentemente a respeito da participação do declarante no sequestro do embaixador. Após algumas horas o declarante desmaiou e foi levado de volta a sua cela. Outras duas sessões de tortura seguiram-se. Uma noite foi levado a uma delegacia no bairro de Pilares onde permaneceu alguns dias e onde continuou a ser barbaramente torturado com paus e sessões de afogamento. Sabe dizer que a pessoa que foi responsável por transportá-lo do Rio Grande do Sul até o Rio de Janeiro e que depois comandou as sessões de tortura é o oficial Paulo Malhães, que também usava o codinome de "Dr. Pablo". Soube o nome deste oficial porque na delegacia para onde foi levado havia dois presos famosos chamados Flávio e Renato. Eles eram da classe alta de Belo Horizonte e estavam presos na



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

mesma cela do declarante na delegacia de Pilares. Estes dois bandidos é que disseram ao declarante que o nome do agente era capitão Paulo Malhães. Malhães tinha um assecla chamado Juvenal. Depois de alguns dias de permanência na delegacia de Pilares, o declarante foi levado novamente ao DOI. Então, um dia pediu para falar com aquele oficial mais graduado que fazia o papel do "bonzinho". Disse a ele que realmente não tinha nada a ver com o sequestro do embaixador e que não suportava mais ser torturado. Este oficial, que deveria ter uns 65 anos de idade e parecia ser o comandante do local, disse que o declarante seria transferido para um lugar melhor. "Você só não vai amanhã, porque amanhã é feriado, você vai depois de amanhã" - disse-lhe o oficial. O feriado a que o oficial se referia era o dia de São Sebastião, 20 de janeiro de 1971. De fato no dia 21 foi transferido para um quartel no Leblon, onde não mais foi torturado. De lá foi solto no dia 12 de março do mesmo ano, sem jamais ter sido processado ou acusado de qualquer crime. No dia 20 de janeiro enquanto aguardava sua transferência o declarante foi colocado em uma cela no andar térreo, dotada apenas de grades, o que lhe permitia ver o que se passava no corredor do prédio. Como era feriado o movimento não era muito grande no pelotão. Recorda-se então que na parte da tarde ouviu gritos de um homem sendo torturado. Lembra-se perfeitamente que os agentes colocaram uma música do Roberto Carlos - "Jesus Cristo" - em alto volume, possivelmente com o objetivo de abafar os gritos. Algum tempo depois viu de sua cela passarem dois recrutas puxando pelos pés um homem forte e gordo, com mais de 100 kg. Este homem foi colocado na cela ao lado e gemia muito. Chamou também a atenção do depoente o fato de que ele não aparentava ser um estudante, pois já era um homem de meia idade. Depois, não sabe precisar quanto tempo após, viu entrarem na cela desse homem três ou quatro oficiais do exército que aparentavam estar muito nervosos e agitados. Ouviu também uma parte do diálogo que eles mantinham. Eles diziam: "São ordens de Brasília, telefonaram de Brasília". A impressão que tem é que a frase "são ordens de Brasília" era proferida em resposta a uma tentativa de não se preocupar com a situação daquele preso. Depois os oficiais saíram da cela bastante agitados. Isso tudo aconteceu na tarde do dia 20 de janeiro, mas o depoente não sabe precisar exatamente o horário. Algumas horas depois, o depoente ainda viu alguns agentes retirarem da cela um corpo inerte e totalmente coberto. Viu isso a menos de dois metros de onde estava. Na condição de médico deduziu que a pessoa estava morta. Percebeu também que os agentes davam uma importância muito grande àquele preso. Foi a última vez que viu esta pessoa. Indagado sobre o médico Amilcar Lobo o declarante afirma que foi atendido por ele após uma das sessões de tortura, pois estava com muitas dores. Não viu Amilcar Lobo lá naquele dia. Também não viu Paulo Malhães nesta data, tendo certeza que Malhães não era um dos oficiais que entraram na cela naquele momento. Devia ser uma outra equipe. Não conhecia o deputado Rubens Paiva, mas depois, vendo as fotos que saíram nos jornais, não teve nenhuma dúvida de que era ele quem foi arrastado pelos agentes e depois colocado na cela ao lado. A vítima estava muito machucada naquele dia e, como médico, o declarante pode afirmar que era impossível que esta pessoa pudesse evadir-se. À exceção dos praças que exerciam a função de carcereiros, os demais agentes que trabalhavam no DOI andavam à paisana. Em razão do tempo decorrido o declarante não tem condições de reconhecer em fotografias a identidade desses agentes. Recorda-se apenas de Paulo Malhães e daquele oficial mais velho que era presumivelmente o comandante do local. Indagado a respeito de um torturador loiro com olhos azuis e bastante violento, o declarante disse que de fato havia uma pessoa lá com essas características, mas em relação ao declarante ela se limitou a ameaças verbais. Não conhece ninguém da família do deputado Rubens Paiva e também não conhece nem viu no DOI Cecília Viveiros de Castro e Marilene Corona. Recorda-se que alguns anos antes deste episódio participou de uma cirurgia de emergência no hospital de Ipanema no qual o paciente era um militar ferido em uma ação. Salvo engano o nome deste militar era Freddie Perdígão Pereira. Se o nome deste militar era este, pode dizer que não era ele um dos oficiais que viu entrar na cela onde estava Rubens Paiva. Na



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

oportunidade o declarante apresenta uma declaração de próprio punho a respeito dos fatos, bem como uma reportagem publicada no jornal O Globo, do dia 02.04.1987. O declarante prestou em duas ocasiões depoimento perante a auditoria militar sobre os fatos por ele presenciados. Na oportunidade reconhece como suas as assinaturas constantes às fls. 2023 e 2082 do vol. VII do presente procedimento. Nada mais.

Eu, Priscila Medeiro, Técnica- Administrativa, digitei o presente termo.

Edson de Medeiros
Deponente

Sergio Garderghi Suiama
Procurador da República